Na última proposta de trabalho foi considerado os vários aspectos de responsabilidade da administração, como teoria e prática, em executar nova filosofia de ajustamento em razão de seu poder de influencia no processo produtivo. Ficou a seguinte pergunta para ser refletida neste trabalho: Como aplicar a Gestão por Desenvolvimento Sustentável, pela administração, como ferramenta de desempenho organizacional?

Quando se aborda programas e projetos de sustentabilidade, é comum e quase inevitável associar a ideia ao setor público. Mesmo quando é utilizado o termo "governança", qual aplicação é também foco das organizações privadas. É necessário um completo reaprendizado na aplicação dos muitos termos, principalmente no campo da Administração, para que as vastas compreensões e interpretações sobre sustentabilidade venham convergir a um único sentido, ainda que amplo e ainda que em constante mudança, para execução de práticas internacionais.

A proposta pela Gestão de Desenvolvimento Sustentável não é oferecer somente uma ferramenta, que por meio de índices ou processo de medição de resultados obtidos, venha a definir que determinadas práticas de gestão pública ou privada estão aptas a receber algum tipo de "*selo verde*"[1]. Adverte-se, contudo, que todas as práticas adotadas que objetivam resultados positivos quanto aos impactos ambientais são apoiadas e defendidas. Está é mais uma diferença da proposta: não se trata de uma ferramenta, mas de um processo metodológico quanto a forma de administrar as organizações.

Precisa-se revolucionar conceitos, ampliá-los, reconstruí-los, melhorá-los à atual realidade da transformação global que é a quebra de paradigmas considerada nos trabalhos anteriores. A humanidade está em uma marcha de mudança de paradigma em que o indivíduo alterará significativamente suas relações sociais e seu ambiente.

Não adianta mais propor ferramentas administrativas. Claramente trata-se neste projeto de uma nova teoria de Administração nas estruturas organizacionais. É complexo propor uma nova metodologia. Não é proposto um processo completamente inovador ou novo, pois baseia-se nas execuções das práticas por todo o planeta. Este é um processo que acompanha o grande movimento mundial que em todos os setores acontece. Neste projeto, além de disseminar a compreensão e responsabilidade individual social de cada cidadão mundial, trata-se de oferecer recursos ou ferramentas de controle administrativo que viabilizem tal proposta, juntamente com uma releitura da Ciência da Administração.

Ainda que seja uma proposta desafiadora, continua simples ao utilizar o que existe. Não se propõe criar uma tecnologia completamente inovadora para a Administração. Antes, e até fazer o mesmo de forma diferente, com uma filosofia diferente, com interpretações diferentes das atuais. Trata-se, portanto, de um “recriar-se”, e não de um “novo criar”.

Já foi abordado o significado do termo “dimensão” e sua aplicação. Foi considerado também a razão das quatro dimensões. Agora buscar-se-á perceber como estas se relacionam e evidenciar para as organizações e seus administradores a elementaridade de sua aplicação. Esta é a parte que mais exigirá esforço de compreensão da parte do leitor, dado ao fato de trabalharmos com relações entre entes distintos.

Inicialmente, o diagrama apresentado para a Gestão de Desenvolvimento Sustentável foi:

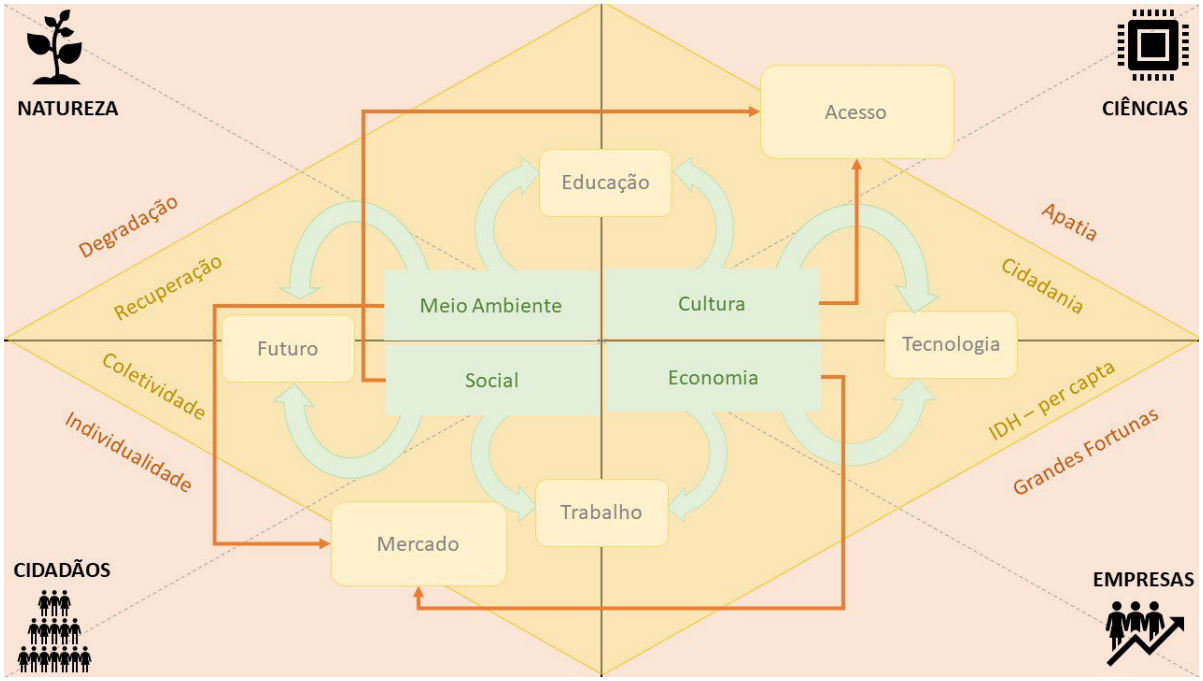


Figura 01: Diagrama de Gestão por Desenvolvimento Sustentável (DGDS).

Relações Diretas Entre as Dimensões

Agora trataremos apenas as relações entre as dimensões. A disposição das dimensões não é aleatória, tendo em vista que existem as dimensões que atuam como entes modificados e entes modificantes. As dimensões que recebem modificações, na atual realidade, são o Meio Ambiente e Cultura. Estas estão constante e invariavelmente em processos de transformação

exercida pelo homem. As dimensões que modificantes são a Social e Econômica. Estas além de se transformarem ao longo da história em processos de desenvolvimento, são as que demonstram força para atuar nas modificadas, alterando-as a favor do homem[2].

Os resultados obtidos, invariavelmente, entre uma dimensão e outra são as ações positivadas ou não positivadas (termos já considerados anteriormente). No diagrama proposto como desenho da Gestão por Desenvolvimento Sustentável, é dado nomes às áreas em que estas ações demonstrarão seus resultados e não que tipo de ação deve ser tomada. Ao analisar a desfragmentação das relações diretas ficará mais claro o que se deseja demonstrar.



Figura 02: Decomposição do DGDS, foco nas Relações Diretas.

As ações positivadas e/ou não-positivadas que se obtém da relação entre a Dimensão Meio Ambiente e Dimensão Cultura está diretamente relacionada às áreas da Educação e Normatização. Ou seja, quando se faz a Gestão por Desenvolvimento Sustentável ao considerar os impactos e resultados do projeto, serão estas as áreas que mais se destacam sendo ou podendo ser trabalhadas.

Ressaltando que Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo a vida no planeta, toda vida, e não o lucro financeiro. A aplicação da Gestão por Desenvolvimento Sustentável é

teoria para a Administração, que busca viabilizar para as organizações melhoria em seus resultados, independente qual o nicho de negócio estas pertençam, a longo prazo como parte de uma nova ordem global.

Nas áreas de Educação e Normatização abrange-se todo o arcabouço relacionado às dimensões Meio Ambiente e Normatização. Sendo assim, para obter de fato resultados sustentáveis, devem haver ações positivadas nas áreas da educação e normatização: educação como ensino, educação como transformação de comportamento, educação como desenvolvimento tecnológico e inovação, educação como fonte de renda, educação como desenvolvimento social e etc., e a Normatização pela legislação, entidades reguladoras, trabalhos científicos com seus resultados, etc.

Estas áreas tem o foco na sociedade local, regional, nacional ou internacional. Não se entende aqui os programas de desenvolvimento intelectual que algumas organizações fazem para seus funcionários, ou atendimento a alguns grupos específicos (mesmo que as minorias em processo de reparação social). Aqui o interesse é em toda a sociedade.

Prudentemente destaca-se: se determinada organização estiver alocada em um espaço territorial em que a maioria sejam mulheres, negras, com baixa escolaridade e responsáveis pelo sustento da família, é obvio que o grupo social que receberá as ações positivadas e sofrerá com a indiferença ou com os resultados das ações não-positivadas será composto por este perfil. Para isto a atividade empresária deverá saber a demografia da região qual pertencerá, para além de seu projeto de marketing, para propor suas ações de bons resultados e saber quais serão os riscos potenciais para a sociedade local, regional, nacional e internacional.

As áreas desenvolvidas entre a Dimensão Cultural e a Dimensão Econômica são tecnologias, empresariedade[3] e governança. As ações serão principalmente dentro deste universo e, claro, todo o enorme conjunto que a este pertence. Quanto a Dimensão Econômica e a Dimensão Social, as áreas a serem desenvolvidas ou tratadas com ações positivadas e definição de ações não-positivadas que deverão ser evitadas são o Trabalho e as Necessidades Substantivas.

Pretende-se considerar com maior detalhe estas áreas de relação direta entre as quatro dimensões. No próximo texto apresentaremos as Relações Indiretas, aquelas que são obtidas com dimensões que não são vizinhas. Mas tendo ficado clara esta exposição, a próxima se

tornará melhor compreensível.

É grata a participação das leitoras e leitores neste processo de construção, independente da área de atuação. Reflexões e dúvidas são bem vindas e estimular o diálogo deste tema é de extrema relevância. Procuramos até o momento manter a metodologia focada na informação e instrução. Convida-se a todas e todos para o pensar em um mundo futuro que acontece agora. Contudo, haverá momentos tensos de análises críticas a respeito de organizações pública, privadas, de projetos e programas e do cidadão social.

Aguardamos estes debates, ainda que acalorados, mas que terão apenas um objetivo: a manutenção da vida e do planeta por meio de um processo conjunto de construção de saberes, que por meio do método estejam comprometidos com a busca pela verdade.

Notas

[1] Em uma das conclusões de Taís Pasquotto Andreoli, Váldeson Amaro Lima, Leandro Campi Prearo no artigo e pesquisa com o título 'A (in)eficácia dos selos verdes sobre o comportamento dos consumidores: um estudo experimental', afirma: "Esses resultados, por sua vez, sugerem a ineficácia da prática de adoção de selos verdes pelas empresas, que enfrenta claras dificuldades para conseguir comunicar seu diferencial atrelado à causa e, assim, beneficiar-se de alguma vantagem competitiva que pudesse ser oriunda de um apelo verde. Essa ineficácia consegue, inclusive, influenciar o comportamento de consumidores que se dizem mais sustentáveis. Depreende-se, portanto, que os selos podem ser importantes mecanismos de comunicação de práticas verdes das empresas em relação a seus produtos, mas que não representam influência comercial significativa sobre a intenção de compra do consumidor."

[2] Não cabe neste momento discussão filosófica ou política da afirmativa. Independente da justiça e igualdade na distribuição dos recursos e processos de exploração humana, o homem aqui é citado como humanidade.

[3] Segundo Anabela Dinis e Ana Maria Ussman em seu artigo Empresariedade e Empresário, "O termo "entrepreneurship" deriva da palavra francesa "entrepreneur", que significa empreendedor (Carland et al., 1988; Kets de Vries, 1977). O seu uso na acepção moderna foi introduzido por Shumpeter em 1912 (1934) que descreveu o "entrepreneur" como a pessoa que destrói a ordem económica através da introdução de novos produtos, novos métodos de

produção, novas formas de organização ou novas matérias-primas. Na versão Shumpeteriana, o empreendedor é, sobretudo, um “destruidor criativo”, um inovador. Todavia, não é explícito se esta inovação implica, ou não, a criação de uma nova organização. Talvez por isso, o significado do termo entrepreneurship – e portanto o seu objecto de estudo – não reúna consenso na comunidade científica.”

Referências

DINIS e USSMAN, Empresarialidade e empresário: Revisão da literatura, SCIELO, 2006, VOL. 12, N.º 1, 95-114.

ANDREOLLI, LIMA e PREARO, A (IN)EFICÁCIA DOS SELOS VERDES SOBRE O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES: um estudo experimental, Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM), VOL. 16, N.º 01, 2017.